

DISCURSOS SOBRE A ACESSIBILIDADE E SEUS EFEITOS DE SENTIDOS

pg 178-190

Andressa Marchesan¹

Resumo

Neste artigo, propomos um estudo sobre algumas possibilidades de sentidos da palavra acessibilidade, a partir de quatro discursos, a saber: o *Guia de museus e centros de ciências acessíveis da América Latina e do Caribe*, a Lei nº 13.146 – *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*, o *blog Caleidoscópico* e uma tira que aborda a acessibilidade de forma singular. Buscamos observar se o sentido de acessibilidade apresenta semelhanças ou diferenças entre os discursos estudados. É a Análise de Discurso de linha francesa que dá sustentação teórico-metodológica para esse trabalho. Os resultados obtidos demonstram que os sentidos apresentados no *Guia* e na Lei nº 13.146 remetem ao aspecto social, enquanto que os sentidos do *blog* e da tira destacam as barreiras que impedem a participação efetiva da pessoa com deficiência na sociedade.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Discurso. Sentidos. Acessibilidade.

THE DISCOURSE ON ACCESSIBILITY AND ITS EFFECTS OF SENSE

Abstract

In this article, we propose a study on some possibilities of meaning of the word accessibility, from four discourses, namely: the Guide to museums and accessible science centers in Latin America and the Caribbean, Law 13,146 - Brazilian Law on Inclusion of Person with Disability, the Kaleidoscope blog and a strip that addresses accessibility in a unique way. We sought to observe whether the sense of accessibility presents similarities or differences between the discourses studied. It is the Discourse Analysis of French line that gives theoretical and methodological support for this work. The results show that the meanings presented in the Guide and in Law no. 13,146 refer to the social aspect, while the blog and strip senses highlight the barriers that impede the effective participation of disabled people in society.

Keywords: Speech Analysis. Speech. Senses. Accessibility.

Introdução

Lendo o *Guia de museus e centros de ciências acessíveis da América Latina e do Caribe* e a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* nos interessamos por um tema muito discutido na sociedade atualmente: a acessibilidade. Essa palavra provocou em nós os seguintes questionamentos: De qual acessibilidade estamos falando? Seria aquela referente a espaços, a edificações? Seria aquela que se refere a informação e a comunicação? Seria aquela pensada para todos ou para uma parcela de pessoas que dela necessita?

¹ Doutoranda em Letras, Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: andressa.marchesan92@gmail.com

Esses questionamentos nos remetem ao estudo discursivo da palavra acessibilidade. Então, propomos discutir algumas possibilidades de sentidos da palavra acessibilidade em diferentes discursos. Para tanto, elegemos como objeto de estudo o *Guia de museus e centros de ciências acessíveis da América Latina e do Caribe*, a Lei nº 13.146 - *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*, o blog *Caleidoscópico* da jornalista e escritora Leandra Migotto Certeza e uma tira que aborda a acessibilidade de forma singular, na qual tivemos acesso através da rede social *Facebook*. Buscamos observar se o sentido de acessibilidade apresenta semelhanças ou diferenças entre os discursos estudados.

O sentido da palavra acessibilidade sempre pode ser outro, porque pode se inscrever em diferentes formações discursivas e produzir efeitos diferentes para interlocutores diferentes, isto é, não podemos definir um único sentido para esta palavra. O sentido não está “preso” a palavra, ao contrário, depende daquele que a expressa e da formação discursiva que a domina.

É a Análise de Discurso (AD) de linha francesa que dá sustentação teórico-metodológica para este trabalho, pois nos preocupamos com o “funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua” (ORLANDI, 2015, p. 19). Selecionamos os trabalhos de Michel Pêcheux, de Eni Orlandi e de Cristiane Dias para compor a fundamentação teórica. Após termos explicitado nossa proposta e nosso *corpus*, traremos à baila algumas considerações históricas da palavra acessibilidade, as noções da AD mobilizadas neste estudo e a análise dos sentidos da palavra acessibilidade.

Breve histórico sobre a palavra acessibilidade

Conforme Sasaki (2006), a palavra acessibilidade começou a ser utilizada para designar

a condição de acesso das pessoas com deficiência devido ao surgimento dos serviços de reabilitação no final da década de 1940.

Na década de 1950, com a crescente prática da reabilitação, os profissionais dessa área observaram que seria necessário pensar na acessibilidade, pois ainda era frequente a existência de barreiras arquitetônicas em espaços urbanos, em edificações e no transporte coletivo. Foi a partir dessas barreiras que surgiu à integração.

Na década de 1960, algumas universidades americanas iniciam a eliminação de barreiras arquitetônicas nos seus recintos. Na década de 1970, aparece o centro de vida independente (CVI) do mundo (Califórnia, EUA). Com o CVI houve debates sobre a eliminação de barreiras arquitetônicas, buscando acessibilidade.

A década de 1980 é marcada por campanhas mundiais para alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas e exigir não apenas a eliminação delas, como também, a não inserção de barreiras nos projetos arquitetônicos futuros.

A partir de 1990 observa-se que a acessibilidade passa a ser relacionada ao conceito de desenho universal. Este destaca que ambientes, transportes e utensílios devem ser projetados para todos. Com isso, a perspectiva da inclusão social amplia o conceito de acessibilidade e este passa a abranger também as barreiras atitudinais, comunicacionais.

Sobre o sentido e a interpretação

Para refletirmos sobre os efeitos de sentidos da palavra acessibilidade devemos explicitar algumas noções da AD que são essenciais nesse processo de produção de sentidos, são eles: sentido e interpretação. A noção de sentido deve ser mobilizada, pois acessibilidade pode ter sentidos diferentes ou semelhantes nos discursos estudados. O sentido está em aberto. O sentido não está nas

palavras, ele deriva da formação discursiva em que se inscreve. Os sentidos são sempre determinados ideologicamente. “*As palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*” (PÊCHEUX, 1997, p. 160, grifos do autor), elas não existem em si mesmas.

A não transparência do sentido revela que o sentido tem sua materialidade e se constitui em um processo que envolve a língua, a história e a ideologia conjuntamente. Os sentidos não se esgotam imediatamente, fazem efeitos diferentes para interlocutores diferentes. Como afirma Orlandi (2015), os sentidos não estão completos, constituídos definitivamente, eles funcionam sob o modo da relação, da falta, do movimento e do entremeio.

Entendemos que a palavra acessibilidade não tem um sentido literal, único, não pode ser tomada como algo fechado, pois, como menciona Orlandi (1996, p. 64), “o sentido sempre pode ser outro”, não está fixado como essência das palavras, nem pode ser qualquer um, pois há a determinação histórica, ou seja, há essa possibilidade do sentido ser outro, porque uma palavra pode se inscrever em diferentes formações discursivas e produzir efeitos diferentes para interlocutores diferentes. Como afirma Pêcheux:

[...] uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes [...] conforme se referam a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria ‘próprio’ vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (1997, p. 161, grifos do autor).

O sentido da palavra acessibilidade está constituído em cada discurso, em cada condição de produção, em cada formação discursiva. Acessibilidade poderá ter sentidos outros em cada discurso estudado ou poderá significar da mesma maneira no processo de produção de sentidos. É

essa possibilidade de sentidos que verificaremos neste artigo.

A interpretação está presente em qualquer manifestação da linguagem, “não há sentido sem interpretação” (ORLANDI, 1996, p. 09). O homem está “condenado” a interpretar, pois mesmo não percebendo que está interpretando, esse é “um trabalho contínuo na sua relação com o simbólico” (ORLANDI, 1996, p. 10). Interpretar para o analista de discurso é “explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos” (ORLANDI, 1996, p. 64). Trazemos à baila a interpretação para ressaltar que nossa análise será apenas um “gesto de interpretação” dentre tantos outros possíveis. Esse gesto é possível porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude (ORLANDI, 1996).

Sobre o discurso digital e o *blog*

Como o *blog* traz à baila discursos produzidos na e para a *web*, torna-se necessário refletirmos sobre o discurso digital. Segundo Dias (2016, p. 13), a digitalidade refere-se “à circulação em diferentes formatos e dispositivos daquilo que está em estado digital” e “é a unidade significativa correspondente a diferentes processos de significação cuja matéria significante é o digital” (DIAS, 2016, p. 14). O *blog Caleidoscópio* está em estado digital e circula em diferentes formatos e dispositivos, por isso o consideramos um discurso digital.

Nesse sentido, quando algo é significado pelo/no digital, seja uma palavra, uma imagem, um som, é porque possui digitalidade. Para que o *blog*, que foi produzido em ambiente digital, signifique, consideramos o modo “como o discurso se constitui, se formula e circula atravessado pela materialidade digital” (DIAS, 2016, p. 15). Dentre as peculiaridades de um discurso digital, de um arquivo digital estão, conforme Dias (2015), a temporalidade que escapa da cronologia, que está relacionada ao acesso e a circulação; a instabilidade

do arquivo, pois ele pode sofrer modificações ou tornar-se indisponível; a autoria, que muitas vezes não é delimitada e o predomínio de uma ordem espacial. Além dessas peculiaridades, devemos levar em conta que a relação com o arquivo já é previamente determinada pela questão/temática de pesquisa - no nosso estudo, a acessibilidade. Selecionamos o *blog Caleidoscópio*, que trata sobre a diversidade, por ele refletir acerca da acessibilidade.

Para tanto, refletiremos sobre o que é *blog*. Segundo o *Dicionário Aulete Digital*: “blog sm. 1. Int. Página da internet que pode ser criada por qualquer pessoa, com conteúdo livre, ger. pessoal (histórias, ideias, imagens), e que depende de autorização do criador para que os visitantes possam adicionar comentários [F.: Abr. do ing. weblog.]” e segundo o *Dicionário Houaiss* (2009, p. 300): “blogue s.m. [...]

página pessoal, atualizada periodicamente, em que os usuários podem trocar experiências, comentários etc., ger. relacionados com uma determinada área de interesse – ETIM. Ing. *blog* “id””.

Como observamos pelas definições apresentadas nos dicionários, *blog* é uma página da internet, criada por qualquer pessoa, atualizada frequentemente, sem delimitação quanto à área de interesse, pois quem cria o *blog* delimita sua temática e quais os assuntos serão discutidos. Por exemplo, o *blog Caleidoscópio - uma janela para refletir sobre a DIVERSIDADE da vida* é uma página da internet que foi criada pela jornalista, escritora e consultora Leandra Migotto Certeza para refletir sobre vários assuntos, dentre eles a acessibilidade, como podemos inferir a partir das imagens abaixo:



Figura 1: blog Caleidoscópio. Disponível em: <<http://leandramigottocerteza.blogspot.com/>>

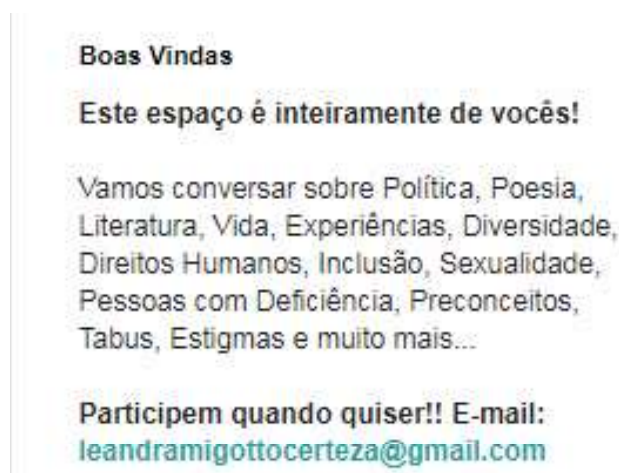


Figura 2: blog Caleidoscópio. Disponível em: <<http://leandramigottocerteza.blogspot.com/>>

Outro fator importante são as condições de produção. No *blog*, a autora é responsável pelas publicações, ela possui deficiência física e decidiu criar o *blog* para falar sobre vários assuntos, dentre eles: deficiência, diversidade, acessibilidade. Após termos conhecimento sobre as condições de produção da autora do *blog*, observamos que os sentidos produzem outra significação, pois acessibilidade está significando algo para uma pessoa com deficiência que não vai significar comumente para outra pessoa, em outras condições. As condições de produção aqui podem alterar o sentido de acessibilidade.

Sobre a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, designada como *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* foi criada recentemente – no ano de 2015 – e entrou em vigor cento e oitenta dias após sua publicação oficial, ou seja, no início do

ano de 2016. A *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* foi sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff.

Ressaltamos que a Lei nº 13.146 é instituída para “assegurar e [...] promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, art. 1º, 2015). Esse desejo de inclusão social revela a perspectiva atualmente adotada sobre a deficiência, que é alicerçada no aspecto social.

A Lei nº 13.146 traz à baila algumas definições pertinentes para compreendermos seu funcionamento, como “pessoa com deficiência”, “pessoa com mobilidade reduzida” e a que nos interessa nesse estudo: “acessibilidade”. O sentido de acessibilidade selecionado por esta Lei foi discutido e baseado na definição da *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. A fim de apresentar o seu processo de constituição traremos a seguir um esquema desse percurso:



Trajetória da Lei nº 13.146. Figura 3: Guia sobre a Lei nº 13.146. Disponível em: <<http://maragabrilli.com.br/publicacoes/>>.

Conforme a figura 3 apresentada no *Guia sobre a Lei nº 13.146*, redigido pela então deputada federal, Mara Gabrilli, a Lei nº 13.146 é o resultado de um longo processo de elaboração e discussão até ser sancionada em 2015 e “tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo” (BRASIL, 2015, parágrafo único).

Sobre o Guia de Museus e Centros de Ciências Acessíveis da América Latina e do Caribe



Figura 4: Guia de Museus e Centros de Ciências Acessíveis da América Latina e do Caribe.

Disponível em: < <http://grupomccac.org/publicacoes/> >.

O *Guia de Museus e Centros de Ciências Acessíveis da América Latina e do Caribe* foi produzido pelo Grupo Museus e Centros de Ciências Acessíveis (MCCAC), pela Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Fundação Cecierj), pela Rede de Popularização da

Ciência e Tecnologia da América Latina e do Caribe (RedPOP) e pelo Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, no ano de 2017.

Este documento conta com a participação de cento e dez espaços científico-culturais de dez países da América Latina e do Caribe: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, México, Nicarágua, Panamá, Porto Rico e Uruguai, que se dedicam à popularização da ciência e da tecnologia e que demonstram preocupação com a acessibilidade. Foi realizada, de julho a dezembro de 2016, uma pesquisa prévia com sessenta perguntas sobre a acessibilidade física, do local e do entorno, visual, auditiva e intelectual. O questionário online sobre a acessibilidade foi enviado a mais de quatrocentos espaços científico-culturais, em português e espanhol. Foi respondido por diretores, coordenadores, museólogos e demais responsáveis pelas instituições. Um dos resultados dessa enquete foi à produção do Guia, que conta com uma versão em espanhol, uma em português e com versões acessíveis, uma em Libras e duas versões com audiodescrição, uma em espanhol e outra em português.

As organizadoras, Jessica Norberto Rocha, Coordenação do Grupo Museus e Centros de Ciências Acessíveis (MCCAC) e divulgadora científica da Fundação Cecierj, e Luisa Massarani, diretora da RedPOP e divulgadora científica do Museu da Vida, da Casa de Oswaldo Cruz, do Fiocruz, destacam que esse documento tem como objetivo impulsionar a implementação de mais ações e políticas de inclusão e acessibilidade à ciência e cultura, tanto em âmbito institucional quanto regional. Essas condições de produção do *Guia* foram encontradas em sua apresentação. Além da apresentação, o *Guia* esclarece que o sentido de acessibilidade adotado dentre tantos sentidos possíveis, foi o sentido apresentado na *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*:

[...] acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural (BRASIL, art. 9º, 2009).

E no que concerne a acessibilidade em museus e espaços científico-culturais, o sentido adotado foi o de Sarraf:

[...] acessibilidade em museus significa que as exposições, espaços de convivência, serviços de informação, programas de formação e todos os demais serviços básicos e especiais oferecidos pelos equipamentos culturais devem estar ao alcance de todos os indivíduos, perceptíveis a todas as formas de comunicação e com sua utilização de forma clara, permitindo a autonomia dos usuários. Os museus para serem acessíveis, portanto, precisam que seus serviços estejam adequados para serem alcançados, acionados, utilizados e vivenciados por qualquer pessoa, independentemente de sua condição física ou comunicacional (2008, p. 38).

Conforme o Grupo Museus e Centros de Ciências Acessíveis (MCCAC), o sentido de acessibilidade adotado pelo *Guia* não se restringe ao

meio físico, mas também abrange a adequação dos serviços para que possam ser alcançados, utilizados e vivenciados por qualquer pessoa, seja com ou sem deficiência, buscando garantir a autonomia do visitante, por exemplo: o sujeito de baixa estatura ou com deficiência física deve alcançar e visualizar o que há no museu; o sujeito cego necessita que tenha uma descrição guiada ou que tenha uma maquete tátil disponível para toque reproduzindo as obras e os equipamentos; um sujeito surdo precisa de tradução em Libras ou de legendas. Essas acessibilidades devem estar presentes no museu ou no centro de ciência para que o sujeito com deficiência vivencie todas as experiências que esses locais proporcionam na prática social.

Sentidos possíveis de acessibilidade

Iniciamos nossas reflexões com o sentido de acessibilidade presente no *Guia de Museus e Centros de Ciências Acessíveis da América Latina e do Caribe*:

<p>O <i>Museu de Arqueologia e Etnologia</i> da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA) está localizado no sítio arqueológico constituído pelos vestígios arquitetônicos do antigo Real Colégio dos Jesuítas, fundado por religiosos da Ordem Jesuítica no século XVI. [...] Inaugurado em setembro de 1983, o MAE tem suas exposições dispostas em três alas: Prof. Pedro Agostinho, Prof. Valentin Calderón e Antônio Matias, compondo um panorama que vai da atualidade à pré-história. Além das mostras, o museu promove atividades de pesquisa, ensino e extensão, visitas mediadas, ações educativas, eventos, salvamento e guarda de acervos arqueológicos e exposições itinerantes.</p>
<p>Acessibilidade Física:</p> <ul style="list-style-type: none">- Exposição e obras dispostas em altura acessível.- Locais de reunião, auditórios, cinemas, teatros, planetários são acessíveis a pessoas em cadeira de rodas e mobilidade reduzida.
<p>Acessibilidade Visual:</p> <ul style="list-style-type: none">- Guia vidente disponível todo o horário de funcionamento.
<p>Informações gerais de acessibilidade do entorno:</p> <ul style="list-style-type: none">- Possui acessibilidade no entorno do museu com acesso adequado e em bom estado de conservação pelos órgãos públicos.

Tabela 1: Região nordeste – Bahia

Fonte: Guia de Museus e Centros de Ciências Acessíveis da América Latina e do Caribe

<p>O <i>Museu Histórico do Instituto Butantan</i> está localizado onde foi a primeira cocheira e laboratório do Instituto. A exposição apresenta instrumentos científicos, objetos, mobiliário relacionados à história do Butantan, incluindo pesquisa, produção e divulgação científica.</p>
<p>Acessibilidade física:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entradas e saídas em nível ou possuem rampas de acesso ou equipamentos eletromecânicos. - Alguns sanitários adaptados. - Plataforma elevatória. - Alguns bebedouros adaptados. - Estacionamento com vagas reservadas. - Oferece cadeira de rodas ou carrinhos motorizados para uso interno. - Algumas obras e experimentos interativos da exposição estão dispostas em altura acessível. - Locais de reunião, auditórios, cinemas, teatros, planetários são acessíveis a pessoas em cadeira de rodas e mobilidade reduzida.
<p>Acessibilidade visual:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Maquete tátil disponível para toque no museu. - Possui réplicas das obras e equipamentos que podem ser manipulados. São eles: Máquina de escrever, tubos de ensaio, caixa, laço, entre outros. - Novos materiais estão sendo disponibilizados com audiodescrição, legendas e Libras. - Existe audiodescrição em alguns espaços e exposições do museu.
<p>Acessibilidade auditiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há tradução em Libras de dez objetos do acervo. - Os materiais audiovisuais possuem legendas em português. - Existem alguns vídeos, aplicativos e softwares para mediação em Libras, acionadas via QR Code.
<p>Informações gerais de acessibilidade do museu:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adaptações das visitas monitoradas, disponível durante todo o horário de funcionamento. <p>Informações gerais de acessibilidade do entorno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lombo faixas em processo de instalação.

Tabela 2: Região sudeste – São Paulo

Fonte: Guia de Museus e Centros de Ciências Acessíveis da América Latina e do Caribe

<p>Museu Anchieta de Ciências Naturais: Idealizado pelo padre Jesuíta Pio Buck, em 1917, o museu é vinculado ao Colégio Anchieta, em Porto Alegre. Na época de sua fundação, tinha como principais atividades a pesquisa e a organização de coleções formadas a partir de exemplares da fauna e da flora do estado. Hoje, conta com exposição permanente, salas de aulas, laboratório e jardim interno. O museu está dividido em dois setores: o científico e o educativo. [...] Seu principal objetivo é divulgar as ciências naturais e contribuir também para diminuir a distância entre a comunidade e o conhecimento científico.</p>
<p>Acessibilidade física:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estacionamento com vagas reservadas. - Algumas obras, experimentos interativos e equipamentos da exposição estão dispostas em uma altura acessível para pessoas em cadeira de rodas, mobilidade reduzida ou de baixa estatura. - Locais de reunião, auditórios, cinemas, teatros, planetários são acessíveis a pessoas em cadeira de rodas e mobilidade reduzida.
<p>Acessibilidade visual:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possui alguns equipamentos, experimentos, objetos da exposição que podem ser manipulados/tocados. - Algumas réplicas de obras ou de animais, moldes de fósseis ou espécimes podem ser manipulados/tocados.
<p>Acessibilidade auditiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alguns materiais audiovisuais possuem legendas em português.
<p>Informações gerais de acessibilidade do entorno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acessibilidade física no entorno.

Tabela 3 - Região sul – Rio Grande do Sul

Fonte: Guia de Museus e Centros de Ciências Acessíveis da América Latina e do Caribe

O *Guia de Museus e Centros de Ciências Acessíveis da América Latina e do Caribe* apresenta museus e centros de ciências de dez países da América Latina e do Caribe: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, México, Nicarágua, Panamá, Porto Rico e Uruguai. Dentre esses países selecionamos o Brasil, por ser o país onde vivemos e dentre as regiões do Brasil, ressaltamos três regiões diferentes, a saber: nordeste, sudeste e sul, a fim de demonstrar a acessibilidade em cada uma delas.

Na região nordeste, o *Museu de Arqueologia e Etnologia* da Universidade Federal da Bahia tem acessibilidade física e visual no ambiente interno e boa acessibilidade no seu entorno. Na região sudeste, o *Museu Histórico do Instituto Butantan* possui boa acessibilidade física, visual e auditiva em seu interior e acessibilidade física em seu entorno, assim

como o museu anterior. O *Museu Anchieta de Ciências Naturais*, na região sul, tem boa acessibilidade física, visual e auditiva em seu interior e acessibilidade física em seu entorno.

Levando em conta a acessibilidade em museus e espaços científico-culturais, o *Guia* adotou o sentido de Sarraf:

[...] acessibilidade em museus significa que as exposições, espaços de convivência, serviços de informação, programas de formação e todos os demais serviços básicos e especiais oferecidos pelos equipamentos culturais devem estar ao alcance de todos os indivíduos, perceptíveis a todas as formas de comunicação e com sua utilização de forma clara, permitindo a autonomia dos usuários. Os museus para serem acessíveis, portanto, precisam que seus serviços estejam adequados para serem alcançados, acionados, utilizados e vivenciados por qualquer pessoa, independentemente de sua condição física ou comunicacional (2008, p. 38).

A partir desse sentido de acessibilidade, podemos observar que o museu da região nordeste possui pouca acessibilidade por abarcar somente a parte física e visual, não tendo acessibilidade auditiva, enquanto que os museus das regiões sudeste e sul abrangem a acessibilidade física, visual e auditiva, cada um com suas peculiaridades. Portanto, os museus selecionados possuem boa acessibilidade.

Dos sentidos do *Guia* passamos a definição de acessibilidade da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, designada como *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*, que é a seguinte:

[...] acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, art. 3º, 2015).

Observamos que a Lei nº 13.146 traz uma definição geral, direcionando-se assim a uma perspectiva social e inclusiva. Isso acontece porque a acessibilidade não é restrita ao espaço físico, ao contrário, também abrange informação e comunicação. Nesta definição, os termos mais relevantes a partir de nosso gesto interpretativo são: possibilidade, segurança e autonomia. Essas três palavras demonstram a conexão necessária para que a acessibilidade aconteça efetivamente na prática social. Para isso, deve-se dar possibilidade para utilização, seja de espaços, de equipamentos, de transportes, de informação e de comunicação, com segurança e com autonomia para qualquer pessoa, seja com ou sem deficiência.

Cabe explicitar os sentidos dessas três palavras para compreendermos seus funcionamentos nesta definição. Segundo o *Dicionário Aulete Digital*: “possibilidade 1. Qualidade do que é possível,

do que pode acontecer ou existir [...]”, ou seja, algo que pode acontecer, não há exatidão. Essa probabilidade remete a dois direcionamentos: a existência ou a não existência da acessibilidade.

Provavelmente essa abertura acontece devido ao papel fundamental que a sociedade deve assumir perante a pessoa com deficiência, é ela quem deve possibilitar a acessibilidade, espera-se que ela realize mudanças e remova barreiras que impeçam a participação efetiva da pessoa com deficiência e em igualdade de condições com os demais.

A palavra segurança, conforme consulta ao *Dicionário Aulete Digital*, é: “1. Ação ou resultado de segurar 2. Qualidade ou condição do que é seguro, livre de risco [...] 3. Certeza, convicção com que se realiza ou diz algo [...]”. Na definição da Lei nº 13.146, segurança remete ao sentido de ser seguro, livre de risco, ou seja, a segurança é um elemento essencial no sentido de acessibilidade, principalmente nos espaços físicos.

A palavra autonomia, segundo o mesmo dicionário, é: “1. Qualidade, estado ou condição de autônomo 2. Capacidade, faculdade ou direito (de indivíduo, grupo, instituição, entidade etc.) de se autogovernar, de tomar suas próprias decisões ou de agir livremente, sem interferência externa [...]”, o que ressalta a independência que deve ser proporcionada para se ter a acessibilidade.

Segurança e autonomia fazem parte do sentido de acessibilidade da Lei nº 13.146, pois o primeiro está relacionado ao segundo, se os ambientes, os espaços, estiverem livres de riscos, seguros, há independência e, por conseguinte, a acessibilidade da pessoa com deficiência.

Da Lei nº 13.146 passamos para a reflexão apresentada por Leandra Migotto Certeza em seu *blog Caleidoscópio* sobre acessibilidade, em uma postagem do dia 05 de fevereiro de 2018, designada como “A cidade que pouco conheço”:

É múltipla! Caótica! Frenética! Inspira e transpira... Sonha e destrói. Une e acelera. Tem verde, e muito mais cinza. Caminha e engarrafa. Tudo, agora e ao mesmo tempo hoje. Nos bairros, ainda tem casinhas. Mas os arranha-céus são a maioria nas avenidas. As ruas podem ser bem sujas, mas nos muros tem grafite colorido [...].

Cinemas e teatro vários, mas pra bem poucos. As feiras livres são ponto de encontro de aromas, cores e texturas. Nos parques, brinquedos, árvores, riachos e grandes museus se misturam. E quem vive nela é camaleão. Todas as estações aparecem em um único dia. E desaparecem com a mesma intensidade.

Nasci em um hospital bem conhecido e também vivo há 35 anos em um dos bairros que muita gente sabe onde fica. Mas conheço pouquíssimo as regiões da cidade. Sou turista em Sampa! Minha viagem está só começando... Quero sair do reduto Av. Paulista e bairro de Pinheiros / Butantã. Porém, quando passeio nos finais de semana, ainda procuro ir ao que está mais perto. Afinal, rodar pelas calçadas é um gigantesco enduro! Aventura total!

Transporte público acessível? Não sei para quem... Mesmo com a minha cadeira de rodas motorizada eu passo por perrengues fenomenais. Buracos? Prefiro chamar de crateras! Sem me esquecer das montanhas que surgem no meio dos passeios públicos. [...]

Fonte: *blog Caleidoscópio*. Disponível em: <<http://leandramigottocerteza.blogspot.com/2018/02/leandra-escreve-em-oficina-literaria-no.html>>

Esta postagem de Leandra foi selecionada porque demonstra a acessibilidade na prática social. A autora inicia o texto explicitando as peculiaridades e os lugares da cidade onde mora, São Paulo, como teatros, cinemas, parques. Apesar disso, ela pouco conhece as regiões de sua cidade devido aos desafios que enfrenta ao andar de cadeira de rodas.

O primeiro obstáculo encontrado ao tentar passear refere-se ao espaço público, as calçadas e, o segundo, é o transporte público. O fator mais relevante nesta postagem da Leandra, segundo nosso “gesto de interpretação” (ORLANDI, 1996), é a limitação na prática social, da vida cotidiana que a inacessibilidade é capaz de causar, pois o sujeito deixa de conhecer lugares e/ou limita seus passeios por causa da falta de acessibilidade.

Então, o sentido de acessibilidade explicitado por Leandra não é positivo, mas negativo, pois aquele ideal apontado pelo sentido de acessibilidade da Lei nº 13.146 não aparece, há uma quebra nesse ideal, o que observamos são buracos, calçadas inacessíveis, transportes públicos que se dizem acessíveis, mas que na prática podem não funcionar corretamente. De fato, observamos a partir do sentido de acessibilidade da Lei nº 13.146, que o espaço público não está acessível a todos, pois não possibilita segurança e autonomia a Leandra.

Por último, observamos a tira:



Figura 5: Rede social Facebook.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/supernormais/photos/pcb.517162058421809/517161775088517/?type=3&theater>>.

Em uma leitura inicial da figura 5, observamos um suspense e um movimento progressivo entre os três quadrinhos revelando a história da tira no terceiro quadrinho. No primeiro, a imagem não indica qual é a linha tênue que separa dois mundos, o segundo revela que “a linha tênue” refere-se a uma história de amor inacessível e, no terceiro, fica evidente que essa não concretização de um beijo e de uma história de amor está relacionada a uma barreira física advinda da sociedade, um meio-fio sem rampa para acesso aos cadeirantes.

No último quadro da tira, a medida em centímetros, associada aos termos “evitam”, “beijo” e “meio-fio”, ressalta que uma barreira física no espaço público provavelmente intervirá na prática social da pessoa com deficiência, no caso estudado, trouxe uma intervenção negativa, a não concretização do beijo.

Se adotarmos como base o sentido de acessibilidade da Lei nº 13.146 torna-se possível observar que na história da tira, o espaço público não está acessível, pois não possibilita segurança e autonomia aos personagens citados, nem condição de utilização do espaço público. A inacessibilidade presente na tira demonstra como o espaço público pode ser ou não ser acessível e adaptado a todos.

Segundo nosso gesto interpretativo, a tira destaca as barreiras da sociedade para criticar a acessibilidade em vigência no cotidiano das pessoas com deficiência, pois se espera que a sociedade realize mudanças, removendo barreiras.

Considerações finais

O sentido de acessibilidade do *Guia* apresenta variações conforme o museu ou centro de ciência, porém todos possuem uma acessibilidade razoável. É o que observamos nos três museus selecionados, o primeiro, da região nordeste, possui uma menor acessibilidade em relação ao segundo, da região sudeste e, ao terceiro, da região sul. O sentido da Lei

nº 13.146 traz à baila o que atualmente considera-se como ideal, a acessibilidade que deve ser seguida pela sociedade, mas que pode falhar. Já o sentido do *blog* e da tira ressaltam a falta de acessibilidade no espaço público, ou seja, a quebra do ideal do sentido anterior.

Os sentidos de acessibilidade apresentados no *Guia* e na Lei nº 13.146 são semelhantes, ambos remetem a um aspecto social, enquanto que os sentidos do *blog* e da tira divergem dos sentidos anteriores, porque apontam a falta de acessibilidade, destacando barreiras que impedem a participação efetiva da pessoa com deficiência na sociedade e alertam para que a sociedade transforme essa inacessibilidade em acessibilidade. Esses diferentes sentidos da palavra acessibilidade foram determinados “pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras [...] são produzidas” (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Referências

AULETE, C. *Dicionário Aulete Digital*. Versão online. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 11 jun. 2018.

DIAS, C. A Análise do Discurso Digital: um campo de questões. *Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo*, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, p. 08-20, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/view/6139>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. *Revista Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 972-980, 2015. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1030>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi [et al.], 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

SARRAF, V. P. *Reabilitação do Museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade*. 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)– Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SASSAKI, R. K. O conceito de acessibilidade. In: *Bengala Legal*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/romeusassaki>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

Textos analisados

BRASIL. Lei 13146, de 06 de julho de 2015. Institui a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 01 jun. 2018.

CERTEZA, L. M. *Caleidoscópio*. Blog. Disponível em: <<http://leandramigottocerteza.blogspot.com/>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

ROCHA, J. N. [et al.] (org.). *Guia de museus e centros de ciências acessíveis da América Latina e do Caribe*. Ilustrado por Barbara Mello. Rio de Janeiro: Museu da Vida/ Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz: RedPOP; Montevidéu: Unesco, 2017. Disponível em: <<http://grupomccac.org/publicacoes/>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

Submissão: 03 de março de 2019

Aceite: 21 de abril de 2019.